



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
**ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO**

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO**

OUIVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**  
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ  
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO  
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO  
DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA  
JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES\*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO  
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

\*Afastado para exercício de mandato eletivo

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

**SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR**

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

**DIRETOR DO 1º CAO**

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

**DIRETOR DO 2º CAO**

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

**DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

**CHEFE DE GABINETE**

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

**DIRETOR GERAL**

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

**DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO**

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

**DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO**

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

**DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

**DIRETORA DE PESSOAL**

DILMA ALVES DE QUEIROZ

**DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

**CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA**

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO**

JANAINA RIBEIRO SOARES

**DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA**

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 8 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4874/2016.

Interessado: Dra. Cíntia Calumby da Silva Coutinho, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 312/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de abertura de licitação.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitação. Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço global. Fase Interna. Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para execução de serviços comuns de gerenciamento de obras, compreendendo a execução de diversos tipos de serviços técnicos, dentre eles, a elaboração de projetos, visando a atender a demanda deste Ministério Público. Execução indireta, mediante o regime de preço unitário, com a estimativa de quantitativo global dos serviços. Justificada a necessidade da contratação para atendimento das demandas. Termo de Referência e planilha de composição de custos. Existência de dotação orçamentária e financeira. Pela aprovação do material confeccionado, com ulterior autorização do certame".

Proc: 700/2017.

Interessado: Dr. Thiago Chacon Delgado, Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Permaneçam os autos sobrestados neste gabinete, por 30 (trinta) dias, aguardando a deliberação da Corregedoria Geral do Ministério Público.

Proc: 816/2017.

Interessado: Dr. Luiz Barbosa Carnaúba, Procurador de Justiça/Diretor da ESMP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao Diretor da Escola Superior do Ministério Público para se manifestar.

Proc: 1226/2017.

Interessado: Banco Santander.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça de Alagoas, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1491/2017.

Interessado: Warley Kaleu da Silva, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 606/2017. Após, retornem os autos à DCF para a respectiva baixa e providências cabíveis, nos termos da manifestação de fl. 19.

Proc: 1562/2017.

Interessado: Rodrigo Torres Kummer, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão funcional.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 24 (vinte e quatro) meses de exercício no cargo na referência que se encontra, avaliação especial de desempenho, assiduidade e inexistência de anotação acerca de punição por crime contra a administração pública, ilícito administrativo ou disciplinar. Pelo deferimento da progressão horizontal - Símbolo PGJ-D - da classe B - referência I para a II, com seus efeitos jurídicos a partir da data da implementação dos requisitos inerentes ao seu reconhecimento, ressalvados

os aspectos financeiros a luz do consubstanciado no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis”. Defiro o pedido, à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 1604/2017.

Interessado: Jonathan do Nascimento Matos, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão funcional.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 24 (vinte e quatro) meses de exercício no cargo na referência que se encontra, avaliação especial de desempenho, assiduidade e inexistência de anotação acerca de punição por crime contra a administração pública, ilícito administrativo ou disciplinar. Pelo deferimento da progressão horizontal - Símbolo PGJ-B - da classe C - referência II para a III, com seus efeitos jurídicos a partir da data da implementação dos requisitos inerentes ao seu reconhecimento, ressalvados os aspectos financeiros a luz do consubstanciado no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis”. Defiro o pedido, à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 1667/2017.

Interessado: Camila Vilela Cavalcanti Setton, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão funcional.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 24 (vinte e quatro) meses de exercício no cargo na referência que se encontra, avaliação especial de desempenho, assiduidade e inexistência de anotação acerca de punição por crime contra a administração pública, ilícito administrativo ou disciplinar. Pelo deferimento da progressão horizontal - Símbolo PGJ-C - da classe C - referência III para a IV, com seus efeitos jurídicos a partir da data da implementação dos requisitos inerentes ao seu reconhecimento, ressalvados os aspectos financeiros a luz do consubstanciado no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis”. Defiro o pedido, à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 1708/2017.

Interessado: Dr. Bruno de Souza Martins Baptista, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 1794/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 1799/2017.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe.

Assunto: Encaminhamento de documentos (PP nº 002/15).

Despacho: À Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.

Proc: 1820/2017.

Interessado: Fernando Antônio Vasco de Souza, Chefe da Seção de Licitações.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços. Pedido de Empenho para fornecimento de serviço de 3 (três) publicações de aviso de licitações em jornal de grande circulação nacional, para atender às necessidades do Ministério Público de Alagoas. Sistema de Registro de Preços – SRP. Existência. Contratação realizada através da Ata de Registro de Preços PGJ/AL nº 6/2017, item 2, do Pregão Eletrônico PGJ/AL nº 02/2017. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finaças, para as providências cabíveis”.

Proc: 1834/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Quebrangulo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1863/2017.

Interessado: Assessoria de Cerimonial desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DG para as medidas cabíveis.

Proc – (Ofício nº 020/2011- GPJGMBP).

Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 8 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4051/2014.

Interessado: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando o cadastramento dos autos no sistema SAJMP, passando o mesmo a tramitar por meio virtual (Proc. SAJMP nº 02.2017.00000543-9), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 562/2017.

Interessado: Dr. Paulo Henrique da Silva Aguiar, Juiz Federal.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 687/2017.

Proc: 687/2017.

Interessado: Dr. Paulo Henrique da Silva Aguiar, Juiz Federal.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 747/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 31, archive-se.

Proc: 1419/2017.

Interessado: Controladoria Interna do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 5, archive-se.

Proc: 1671/2017.

Interessado: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas – SERJAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho Em face da perda do objeto, archive-se.

Proc: 1731/2017.

Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À 18ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 1743/2017.

Interessado: Fabrizio Malta Oliveira, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1761/2017.

Interessado: Poder Judiciário de Alagoas/Justiça Itinerante.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 1767/2017.

Interessado: Dr. Sidrack José do Nascimento, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1770/2017.

Interessado: Cláudia Cristina de Melo Pereira, Chefe de Gabinete.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Cientifique-se a interessada acerca da informação da DP, juntada à fl. 3, para se manifestar.

Proc: 1771/2017.

Interessado: Dr. José Artur Melo, Procurador de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 1774/2017.  
Interessado: Alagoas Previdência.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DP para informar.

Proc: 1775/2017.  
Interessado: Alagoas Previdência.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DP para informar.

Proc: 1776/2017.  
Interessado: Maryna Graciele de Oliveira Rosa Araújo, Analista do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.  
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, arquite-se.

Proc: 1777/2017.  
Interessado: Poder Judiciário de Alagoas/Justiça Itinerante.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 1786/2017.  
Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça.  
Assunto: Comunicação de férias.  
Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 1787/2017.  
Interessado: Dra. Ana Lúcia Ferreira de Araújo Tenório, Promotora de Justiça.  
Assunto: Comunicação de férias.  
Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 1788/2017.  
Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de férias.  
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, arquite-se.

Proc: 1792/2017.  
Interessado: Rafael Cavalcanti Barreto, Analista do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de progressão funcional.  
Despacho: À DP para informar e, em seguida, à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1800/2017.  
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DP para informar.

PIC 11/2015 - GECOC.  
Interessado: GECOC.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

PIC 56/2015 - GECOC.  
Interessado: GECOC.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

PIC 10/2016 - GECOC.  
Interessado: GECOC.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

PIC 48/2016 - GECOC.  
Interessado: GECOC.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

PIC 2/2017 - GECOC.  
Interessado: GECOC.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc:02.2016.00001882-0.  
Interessado: RIVANIA TENORIO DE ALMEIDA LINS E OUTROS.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Adotadas as medidas legais cabíveis, no âmbito da 42ª Promotoria de Justiça da Capital, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00000477-3.  
Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face de haver peças aguardando liberação para serem juntadas a estes autos digitais, volvam os autos à 42ª Promotoria de Justiça da Capital, para as medidas cabíveis.

Proc: 02.2017.00000674-9.  
Interessado: Anônimo.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face da remessa dos autos físicos ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, cujo comprovante de recebimento se apresenta à fl. 14 (Ofício SAJ n. 0019/2017/PROCG - GAB.PGJ.MPE/AL), arquite-se.

Proc: 02.2017.00000781-5.  
Interessado: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de informações.  
Despacho: Junte-se ao Proc. SAJMP nº 02.2017.00000493-0. Em seguida, cientifique-se o interessado.

Proc: 02.2017.00000782-6.  
Interessado: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Junte-se ao Proc. SAJMP nº 02.2017.00000495-0. Em seguida, cientifique-se o interessado.

Proc: 02.2017.00000825-8.  
Interessado: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Oficie-se ao interessado, remetendo cópia das informações prestadas nos autos.

Proc: 02.2017.00000857-0.  
Interessado: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Oficie-se ao interessado, remetendo cópia das informações prestadas nos autos.

Proc:02.2017.00001013-1.  
Interessado: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Adotadas as medidas legais cabíveis, no âmbito da 42ª Promotoria de Justiça da Capital, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00001079-7.  
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS.  
Assunto:Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 8ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00001117-4.  
Interessado: JOSUE DO NASCIMENTO SANTOS.  
Assunto:Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de São Sebastião, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 02.2017.00001120-8.  
Interessado: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS.  
Assunto:Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 26ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00001123-0.  
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.  
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.  
Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, arquite-se.

Proc: 02.2017.00001213-0.

Interessado: PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00001236-2.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, arquite-se.

Proc: 02.2017.00001267-3.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, arquite-se.

Proc: 02.2017.00001278-4.

Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Procuradoria da República em Alagoas, e de traslado à Promotoria de Justiça de Satuba, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00001333-9.

Interessado: PASTORAL CARCERARIA NACIONAL - CNBB.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à Promotoria de Justiça de Girau do Ponciano para a adoção das medidas cabíveis, informando à chefia do Ministério Público.

Proc: 02.2017.00001362-8.

Interessado: SECRETARIA DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL - SERIS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 8 de maio de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 587, DE 8 DE MAIO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ nº 1667/2017, RESOLVE deferir a progressão da servidora efetiva CAMILA VILELA CAVALCANTI SETTON, Analista do Ministério Público – Área Gestão Pública, Símbolo PGJ-C, da Classe C, referência III para a referência IV da mesma Classe. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 588, DE 8 DE MAIO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ nº 1604/2017, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo JONATHAN DO NASCIMENTO MATOS, Técnico do Ministério Público – Especialidade Tecnologia da Informação, Símbolo PGJ-B, da Classe C, referência II para a referência III da mesma Classe. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 589, DE 8 DE MAIO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ nº 1562/2017, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo RODRIGO TORRES KUMMER, Analista do Ministério Público – Área Jurídica, Símbolo PGJ-D, da Classe B, referência I para a referência II da mesma Classe. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2017

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: POLO-IT INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA (CNPJ nº 02.131.834/0001-61).

DO OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento remoto, suporte e administração de sistemas gerenciadores de banco de dados, advindos da Ata de Registro de Preços nº 14/2016, conforme especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2016 e respectivos anexos, quantidades, valores unitários e totais estabelecidos neste contrato, e disposições constantes no processo nº PGJ/AL-2788/2016.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de licitação – Pregão Eletrônico nº 04/PGJ/2016 – Ata de Registro de Preços nº 14/2016, com fulcro nas Leis Federais nº 10.520/2002, nº 8.666/1993 e suas alterações, e disposições constantes no Processo nº 111/2015.

DO VALOR: R\$ 45.404,64 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas deste Contrato correrão à conta de dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, incluídas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2402.0000 – Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 2 de maio de 2017.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça) e Joaquim Alves Pedreira Godinho Neto (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2017

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP (CNPJ nº 07.173.027/0001-25).

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de locação de veículos, com motorista, sem fornecimento de combustível, para transporte de documentos, materiais, colaboradores, servidores e membros a serviço do Ministério Público do Estado de Alagoas, em deslocamentos na capital e no interior, advindos da Ata de Registro de Preços PGJ/AL nº 7/2017, conforme especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 3/PGJ/2017, quantidades, valores unitários e totais estabelecidos neste Contrato, conforme processo nº PGJ/AL-1735/2017.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Licitação – Pregão Eletrônico nº 3/PGJ/2017 – Ata de Registro de Preços nº 7/2017, com fulcro nas Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93 e suas alterações, conforme Processo nº PGJ/AL-132/2017.

DO VALOR: R\$ 294.773,76 (duzentos e noventa e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, incluídas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 5 de maio de 2017.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça) e Luiz Marcelo Santos de Andrade (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

COOPERADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52); COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - ELETROBRAS/AL (CNPJ nº 12.272.084/0001-00).

DO OBJETO: Termo de Cooperação visando a adoção de ações de combate ao furto de energia elétrica junto aos imóveis regulares e irregulares no estado de Alagoas.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Disposições do Art. 116 da Lei nº 8.666/93.

DA VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de sua assinatura.

DOS RECURSOS: Neste Termo de Cooperação não haverá aporte ou repasses de recursos entre as partes.

DATA DA ASSINATURA: 2 de maio de 2017.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça) e Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti (Representante legal da Eletrobras Distribuição Alagoas).

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '08' DIA(S) DO MÊS DE MAIO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTES SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE(S) PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0001338-37.2007.8.02.0000

AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

CAPITAL

AUTOR : M. P.

REU: C. F. B. DE A.

Entrada :02/05/2017 Retirada :02/05/2017

Devolução :08/05/2017 Saidap/ TJ 08/05/2017

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/05/2017

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

## Colégio de Procuradores de Justiça

Ministério Público do Estado de Alagoas  
Colégio de Procuradores de Justiça

Nota Declaratória

Declaro, para os devidos fins, que a 5ª Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, designada para esta data, às 10h, não foi realizada por falta de quórum, devendo a respectiva pauta ser apreciada na próxima sessão regimental. Compareceram os Senhores Procuradores de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Walber José Valente de Lima, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Marcos Barros Méro e Denise Guimarães de Oliveira. Ausente, justificadamente, o Procurador-Geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto e o Procurador de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Do que, para constar, foi lavrada esta nota declaratória, que vai assinada pelo Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional.

Maceió, 5 de maio de 2017.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque  
Procurador de Justiça

## Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 11.05.2017

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na próxima quinta-feira, dia 11.05.2017, às 10 horas, será realizada a sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

– Apreciação da Ata da 12ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2017.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO

1. PGJ/AL-1271/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Desmatamento e aterro de área de mangue.

2. PGJ/AL-1272/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de IC.

3. PGJ/AL-1141/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de IC.

4. PGJ/AL-1115/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Conversão de PP em ICP.

5. PGJ/AL-1126/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de IC.

6. PGJ/AL-1099/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Conversão de PP em IC.

7. PGJ/AL-1424/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de IC.

8. PGJ/AL-1382/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de IC.

9. PGJ/AL-1473/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Conversão de PP em ICP.

10. PGJ/AL-1388/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de IC.

11. PGJ/AL-1607/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de IC.

12. PGJ/AL-1567/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de IC.

13. PGJ/AL-1764/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Conversão de PP em IC.

14. PGJ/AL-1763/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de IC.

15. PGJ/AL-1632/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Conversão de PP em IC.

16. PGJ/AL-841/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Igreja Nova. Assunto: Comunicação de instauração de ICP.

17. PGJ/AL-840/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Igreja Nova. Assunto: Comunicação de instauração de ICP.

18. PGJ/AL-843/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Igreja Nova. Assunto: Comunicação de instauração de ICP.

20. PGJ/AL-1060/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de ACP.

21. PGJ/AL-1563/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Conversão de PP em ICP.

22. PGJ/AL-1578/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de ICP.

23. PGJ/AL-1579/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de ICP.

24. PGJ/AL-1577/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de ICP.

25. PGJ/AL-1557/2017. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de andamento de ICP.

DISCUSSÃO SOBRE A FORMA DE PROVIMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PENEDO, DE 3ª ENTRÂNCIA.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. ICP nº 015/2014 (03 volumes). Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Rafael Lins Calheiros. Assunto: Denúncia de irregularidades na investidura dos Procuradores da Câmara Municipal de Maceió. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnáuba.

2. PGJ/AL-3653/2016. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Contratação sem concurso público no município de Carneiros. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

3. PGJ/AL-5198/2014. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Miriam Barbosa de Albuquerque. Assunto: Supressão irregular de vegetação. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

4. PGJ/AL-281/2017 (2 volumes, IC SAJ/MP nº 06.2016.00000074-0). Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): ONG Pense Brasil. Assunto: Supressão de vegetação. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

5. PGJ/AL-147/2017 (Apenso NF 16/2016). Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Transtornos causados pelo Supermercado Preço Bom. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

6. PGJ/AL-80/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração de eventuais irregularidades sobre a obrigatoriedade de profissional técnico farmacêutico nas farmácias e drogarias. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

7. PGJ/AL 4377/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ministério Público de Alagoas. Assunto: Irregularidades no despejo de resíduos hospitalares. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

8. PGJ/AL 3891/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe/AL. Interessado(a): Bruno Cazar Sarmiento Braga. Assunto: Denúncia on line. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

9. PGJ/AL 2955/2016 (Proc. Adm. nº 44/15). Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Prestação de segurança a ex-integrantes de cargos públicos. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

10. PGJ/AL 2810/2016 (ICP nº 01/2016-02 volumes). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Festividades de carnaval 2016. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

11. PIC nº 23/2016. Origem: GECOC. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Persecução criminal de delitos operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

12. Proc. Adm. 0103/2015. Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Maria Simone Honorato e outros. Assunto: Representação. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

13. PGJ/AL 5302/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

14. PGJ/AL 5000/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

15. PGJ/AL 5416/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

16. PGJ/AL 3361/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

17. PGJ/AL 5189/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Procuradoria-Geral do Município de Maceió. Assunto: Representação para o combate ao transporte ilegal de passageiros do município de Maceió. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

18. ICP nº 002/2011 (04 volumes). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Ausência de Licitação para contratação de empresas de assessoria contábil e jurídica pelo município de Rio Largo. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

Luiz de A. Medeiros Filho  
Promotor de Justiça

## Promotorias de Justiça

PORTARIA Nº 0177/2017 - 2º PJMD

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio de seu representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; Artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, IV, “b”, e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93, e 2º, § 7º da Resolução do CNMP Nº 23/07; para apurar possíveis irregularidades na escala de plantão dos servidores municipais, lotados na Unidade de Pronto atendimento (UPA) em Marechal Deodoro/AL.

RESOLVE:

Instaurar Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000450-7 - 2ª PJMD, passando a adotar as seguintes providências:

1) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas; 2) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas requerendo a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado; 3) Adotar demais providências legais a fim de apurar os fatos acima narrados, promovendo a coleta de informações, documentos, certidões, perícias e demais diligências necessárias.

Cumpra-se.

Marechal Deodoro, 03 de abril de 2017

Sílvio Azevedo Sampaio  
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 0178/2017 - 2º PJMD

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio de seu representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; Artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, IV, # b#, e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93, e 2º, § 7º da Resolução do CNMP Nº 23/07; para apurar possíveis ilícitos de malversação de recursos públicos, envolvendo a empresa J&D Comércio \_EPP e Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro/AL

RESOLVE:

Instaurar Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000454-0 - 2ª PJMD, passando a adotar as seguintes providências:

1) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas; 2) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas requerendo a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado; 3) Adotar demais providências legais a fim de apurar os fatos acima narrados, promovendo a coleta de informações, documentos, certidões, perícias e demais diligências necessárias.

Registre-se em livro próprio, cumpra-se.

Marechal Deodoro, 04 de abril de 2017

Sílvio Azevedo Sampaio  
Promotor de Justiça

RESENHA

O 22º cargo da Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por intermédio da Promotora de Justiça abaixo assinada, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientifica aos interessados a adoção de providências nos Procedimentos Administrativos a seguir nominados: NF 129/12 – PGJ/AL – 3041/2012 – Interessado: Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas – Objeto: Notícia de possível superfaturamento em obras – Decisão: Diante do exposto, indefiro a abertura de procedimento administrativo, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo; NF 77/16 – PGJ/AL 2249/2016 – Interessado: Brink Mobil Equipamentos Educacionais – Objeto: Requerimento de informações – Decisão: Diante do exposto, considerando que o pedido formulado pelo requerente foi prontamente atendido, indefiro a abertura de procedimento preparatório, nos termos do

art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo; NF 186/12 – PGJ/AL 5011/2012 – Interessado: Marcos Alberto da Silva – Objeto: Notícia de irregularidades – Decisão: Diante do exposto, indefiro a abertura de procedimento administrativo, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo; NF 02.2016.000.018.92-0 – Interessado: Tibério da Silva Rocha e outros – Objeto: Solicitação de providências – Decisão: Diante do exposto, indefiro a abertura de procedimento preparatório, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo; NF 02.2017.000.002.35-3 – Interessadas: Maria Oliveira da Silva Monteiro e Juliana Nicolle Rebelo Barreto – Objeto Irregularidades em contratações – Decisão: Diante do exposto, indefiro a abertura de procedimento preparatório, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo.

Norma Sueli T. De M. Medeiros  
Promotora de Justiça

PORTARIAS nº 17/2017/23ªPJCEF, 18/2017/23ªPJCEF, 19/2017/23ªPJCEF, 20/2017/23ªPJCEF, 21/2017/23ªPJCEF e 22/2017/23ªPJCEF

A 23ª Promotora de Justiça da Capital, com atribuição para o velamento de fundações e demais entidades de interesse social, adiante firmada;

1. Ao considerar o contido nos artigos 127 caput e 129, incisos II, III e VI da Constituição Federal;
2. Ao considerar o contido no anexo II, da Lei nº 6.339, de 28 de novembro de 2002, que estabelece as funções das Promotorias de Justiça de Fundações e dispõe ser sua atribuição, além das fundações, a fiscalização das demais entidades de inter-

esse social e decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas, no Acórdão de 2.274/01, 2ª Câmara Cível, que reconhece ter o Ministério Público legitimidade para fiscalizar associações consideradas de utilidade pública;

3. E finalmente, ao considerar ter tomado ciência através de documentos encaminhados pela Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude – Superintendência Administrativa, em atenção ao Ofício n.º 355/2016/24ªPJCEF (referente Processo n.º 125/2016/24ªPJCEF), que solicitava informações quanto aos repasses de recursos para Entidades sem fins lucrativos, para que pudesse, a Promotoria de Fundações, fiscalizar a regularidade formal destas Entidades.

#### RESOLVE:

Instaurar procedimento preparatório para analisar a documentação das Entidades:

- a) Associação de Folgedos Polpulares da Zona Sul;
- b) Federação Alagoana de Ginástica;
- c) Instituto Crescer Cidadão;
- d) Federação Alagoana de Beach Soccer;
- e) Federação Alagoana de Dakaru;
- f) Associação de Basquetebol Delmirense - ABADEL e, posteriormente, incluí-las no Cadastro Geral de Fundações e demais Entidades de Interesse Social como regulares junto desta Promotora.

#### PARA TANTO:

a) Determina a notificação dos Representantes destas Entidades para apresentarem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os seguintes documentos: 1) Certidões negativas de débitos com os órgãos públicos de fiscalização; 2) Ata da última Assembleia Geral, contendo apresentação da última prestação de contas aos seus órgãos de controle interno; 3) Informação, por escrito, quanto a manter convênio com órgão públicos e quais; 4) Regularidade do CNPJ; 5) Relação dos bens que constituem o patrimônio da Fundação e 6) Última Ata de Eleição e Posse. Cientifique-se aos interessados para cumprimento.

Requeira-se ao Procurador-Geral de Justiça a publicação de extrato desta Portaria no Diário Oficial do Estado.

Cumpra-se.

Maceió, 06 de abril de 2017.

KICIA OLIVEIRA CABRAL DE VASCONCELLOS  
23ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



**GRA  
CILIANO  
ANO 29**  
IMPRESA OFICIAL GRACILIANO RAMOS  
MACEIO - ANO 8 - TERÇA-FEIRA

**INSTANTE  
CAPTURADO**

**A ARTE DA FOTOGRAFIA SOB O  
OLHAR DE ARTISTAS ALAGOANOS**  
Celso Brandão • Felipe Brasil • Flávia Correia • Francisco Otília  
Juarez Cavalcante • Maira Villela • Renata Voss • Ricardo Léo  
Roberto Fernandes

**A ARTE DA  
FOTOGRAFIA  
SOB O OLHAR  
DE ARTISTAS  
ALAGOANOS**

A revista **Graciliano** sobre Arte Fotográfica reúne nove ensaios visuais de artistas alagoanos. A edição número 29 é um convite para contemplação e reflexão, reunindo também as opiniões de fotógrafos e teóricos que discutem os rumos da linguagem fotográfica em plena era digital.

Visite nossa loja virtual  
[www.imprensaoficial.com.br/loja](http://www.imprensaoficial.com.br/loja)

**GRA  
CILIANO  
ANO**

Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio

IMPRESA OFICIAL  
GRACILIANO RAMOS